

Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANALTO DAS GUIANAS



Fábio Matfei, 2006

Lago Lençol, Oiapoque - AP.

A região transfronteiriça entre o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa se estende desde a foz do rio Oiapoque, no litoral, até a fronteira do Brasil e do Suriname com a Guiana (país conhecido anteriormente como Guiana Inglesa). No Brasil, a região inclui o estado do Amapá e o norte do estado do Pará (a área conhecida como Calha Norte do Pará). Na Guiana Francesa e no Suriname, inclui o interior desses dois países. As fronteiras políticas do Brasil com os outros países já foram reconhecidas há muito tempo, mas o Suriname e a Guiana Francesa ainda disputam entre si uma área entre os rios Litani e Marouini, que faz fronteira com o Brasil. Toda essa região faz parte de uma região maior, conhecida como Planalto das Guianas.

Essa região transfronteiriça continua até hoje sendo de difícil acesso, devido à distância do litoral, ao relevo montanhoso, aos rios encachoeirados e à ausência de estradas. Ali existe uma das maiores áreas contínuas de florestas preservadas da Amazônia, onde os governos dos três países criaram um grande número de áreas de proteção ambiental. Juntas, essas áreas somam mais de 410 mil quilômetros quadrados, formando um dos maiores mosaicos transfronteiriços de áreas protegidas do mundo.

Por muito tempo, a região foi considerada como um “vazio demográfico”, ou seja, como uma área sem ocupação humana. Algumas pessoas

acreditavam que suas florestas continuavam preservadas devido a esta ausência de ocupantes, e foi essa crença que levou à criação de grandes unidades de conservação de proteção integral no Planalto das Guianas nos últimos anos. Mas diversas pesquisas arqueológicas vêm demonstrando que na verdade a região já é ocupada há mais de 7 mil anos. Os registros mais antigos de expedições europeias que passaram pela região já mostravam que havia diversos grupos indígenas vivendo ali. Hoje em dia, calcula-se que a população indígena vivendo fora das cidades seja de aproximadamente 20 mil pessoas, espalhadas entre o Brasil, o Suriname e a Guiana Francesa. Vários dos grupos indígenas da região, como os Waiwai, Wajãpi, Tiriyó, Wayana e Palikur, tiveram seus territórios tradicionais divididos com a consolidação das fronteiras nacionais, tornando-se habitantes de dois ou mais países.

O estabelecimento de diferentes políticas de assistência aos povos indígenas nos três países, a demarcação das terras indígenas do lado brasileiro e as missões religiosas foram fatores que enfraqueceram as intensas redes de intercâmbio que esses grupos mantinham através das fronteiras. Cada vez mais, os laços de trocas, casamentos e intercâmbios de conhecimentos entre os diversos grupos vêm se limitando aos seus respectivos países.

Desafios relacionados aos direitos Indígenas

A legislação referente aos povos indígenas é muito diferente no Brasil, na Guiana Francesa e no Suriname. Mas, na prática, as comunidades indígenas nos três países enfrentam desafios muito semelhantes na luta pela garantia dos seus direitos. No Brasil, os direitos dos povos indígenas estão definidos na Constituição de 1988, que lhes garante o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. A Constituição também garante aos povos indígenas o direito à diferença, ou seja, que mantenham sua própria organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Já as leis da Guiana Francesa priorizam a igualdade entre todos os seus habitantes e afirmam que os povos indígenas têm os mesmos direitos que todo cidadão francês. Um dos resultados disso é que as escolas indígenas só podem ensinar o francês, que é a única língua oficial em todos os territórios franceses. Essa tendência a não reconhecer direitos diferenciados foi superada recentemente com a criação das Zonas de Direito de Uso Coletivo na Guiana Francesa. Essas zonas foram criadas para garantir que o direito ao uso dos recursos naturais seja exclusivo de seus moradores tradicionais. Mesmo tendo seus limites definidos pelo governo e tendo caráter temporário, essas zonas foram um grande passo para o estabelecimento de direitos territoriais indígenas na Guiana Francesa.

A legislação do Suriname não reconhece direitos coletivos às terras nem dos povos indígenas nem dos negros *maroons* (descendentes de escravos da ex-colônia holandesa), que juntos representam cerca de 18% da população daquele país. Além disso, o país possui leis ambientais que não limitam muito a exploração dos recursos naturais, o que contribui para expor ainda mais as comunidades tradicionais aos impactos ambientais dos garimpeiros, das mineradoras e madeireiras que atuam em seus territórios.



Fábio Maffei, 2006

BR 156, ponte na aldeia Tukay, Oiapoque-AP.

Desafios Socioambientais

Essa região vem sofrendo o mesmo tipo de exploração predatória nos três lados das fronteiras nacionais. A mineração é de longe o maior problema. No Brasil, ela é desenvolvida principalmente como uma atividade empresarial de grande porte, voltada para a exportação. As grandes mineradoras começaram a se instalar na região na década de 1950. Os impactos socioambientais desse tipo de exploração mineral deveriam ser controlados pelo governo com facilidade, já que a mineração em grande escala é feita por poucas empresas. Mas são empresas muito poderosas do ponto de vista político e econômico, que muitas vezes conseguem driblar o controle governamental. Já os garimpos, no Brasil, começaram a ser reduzidos na década de 1980, época em que as ações de controle pelo governo brasileiro provocaram a sua migração para os países vizinhos.

Na Guiana Francesa, o garimpo tem uma dimensão preocupante, com grande contribuição de garimpeiros ilegais brasileiros e apoio de representantes do governo local, envolvidos na exploração nas zonas onde ele é legalizado. O garimpo está espalhado por quase todo o interior do país, afetando grande parte das comunidades indígenas com a poluição de seus rios e destruição de seus recursos naturais. Apesar do acompanhamento intensivo do problema por parte das agências governamentais, as ações para impedir o garimpo ilegal ainda não têm surtido o efeito necessário.

No Suriname a garimpagem é ainda mais predatória e desordenada. Os brasileiros também estão presentes nessa atividade, alguns de forma legal e, outros, ilegal. O próprio governo distribui concessões de exploração em áreas pertencentes a comunidades indígenas ou tradicionais. Não existe a presença efetiva do Estado no interior do país, ainda bastante isolado da capital, e faltam levantamentos confiáveis para sabermos o tamanho das áreas afetadas. As comunidades tradicionais estão pouco articuladas politicamente, e são obrigadas a enfrentar sozinhas as consequências dessas invasões.

Mesmo tendo maior controle sobre a mineração, o Brasil tem apoiado a expansão desse tipo de atividade. Atualmente, o país está perto de aprovar uma legislação que regulamenta a mineração em Terras Indígenas, fato que poderá se transformar no maior problema ambiental da região próxima à fronteira com a Guiana Francesa e Suriname, mesmo que esta lei preveja mecanismos de consentimento e controle.

A exploração madeireira na região também representa um dos grandes desafios para o futuro. A atividade ainda é limitada pelas poucas vias de acesso à região, mas vem ganhando força no Suriname, com a distribuição

descontrolada de licenças de exploração pelo governo, nos mesmos moldes das licenças de garimpagem. No lado brasileiro, o caminho para o crescimento da extração de madeira deve ser a licitação das Florestas Nacionais e Estaduais - unidades de conservação criadas com este objetivo principal. O Governo do Estado do Amapá está buscando aprovação junto ao Governo Federal dos procedimentos necessários para liberação das primeiras licenças de exploração madeireira destas unidades.

A terceira fonte de impactos ambientais na região vem das grandes obras de infra-estrutura que estão sendo iniciadas, principalmente no eixo de ligação entre o Brasil e a Guiana Francesa. Essas obras incluem o asfaltamento da BR-156 entre Macapá e Oiapoque, no Brasil, e a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, que facilitará a passagem de automóveis, cargas e pessoas pela fronteira. As comunidades indígenas da região já sofrem os impactos desse trânsito crescente junto à

fronteira, especialmente na Terra Indígena Uaçá, que é cortada pela BR 156.

Diante desses empreendimentos e atividades econômicas que provocam impactos no presente e no futuro dessa região, é preciso que as comunidades indígenas se organizem para acompanhar esses processos, manifestar seus pontos de vista e vigiar para que seus direitos não sejam desrespeitados e seus territórios invadidos ou afetados. É importante que os povos indígenas se articulem para enfrentar os desafios crescentes que hoje se colocam às suas comunidades e organizações na defesa de seus interesses e na gestão territorial e ambiental de suas terras. Uma articulação entre os povos indígenas da região, as instituições que os apoiam e organizações envolvidas na luta pela conservação ambiental pode resultar em medidas governamentais adequadas à gestão ambiental e territorial sustentável dessa região.

POVOS INDÍGENAS	PAÍSES	LOCALIZAÇÃO
Aparai	Brasil	TI Parque do Tumucumaque e TI Paru d'Este
Galibi Marworno	Brasil	TI Uaçá e TI Juminã
Kali'nã (Galibi)	Guiana Francesa Suriname Guiana Venezuela Brasil	Awala-Yalimapo, Iracoubo, Mana, St. Laurent du Maroni, Kourou Tibiti, Saramacca, Marowijne, Wayambo TI Galibi
Karipuna	Brasil	TI Uaçá, TI Juminã, TI Galibi
Kaxuyana	Brasil	TI Parque do Tumucumaque e Rio Trombetas
Lokono (Arawak)	Guiana Francesa Suriname Guiana	St Laurent e Matoury Corantijn, Suriname, Commewijne, Marataka, Saramacca, Marowijne, Nickerie
Palikur	Guiana Francesa Brasil	Saint Georges de l'Oyapock, rio Gabaret, Tonate Macouria, Régina TI Uaçá
Teko	Guiana Francesa	Camopi, Tampok e Caiena
Trio (Tiriyó)	Suriname Brasil	Alto Tapanahoni, Sipaliwini, Curuni, Lucie, Corantijn, Wyumi TI Parque do Tumucumaque
Zo'é	Brasil	TI Zo'é
Wayana	Guiana Francesa Suriname Brasil	Margem direita do alto rio Maroni (ou Aretani) Margem esquerda do alto rio Maroni, Tapanahoni, Lawa TI Parque do Tumucumaque e TI Paru d'Este
Wajãpi (Wayãpi)	Guiana Francesa Brasil	Margem esquerda do rio Oiapoque, entre Camopi e Trois Sauts TI Waiãpi, TI Parque do Tumucumaque

ENCONTRO DE TRABALHO ENTRE BRASIL, SURINAME E GUIANA FRANCESA



Arquivo do Iepé, 2 008

Participantes do Encontro Transfronteiriço.

Em novembro de 2008 ocorreu, em Macapá, um encontro entre representantes da Guiana Francesa, Suriname e Brasil, incluindo lideranças indígenas, representantes de diferentes etnias, prefeitos, representantes dos parques nacionais, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e outras instituições com trabalho na região. A proposta deste encontro foi a de constituir uma articulação em rede em torno de propostas de desenvolvimento sustentável para os povos indígenas nessa região.

Nessa Reunião de Trabalho Transfronteiriça, promovida pelo Iepé, procurou-se identificar os desafios socioambientais para os povos indígenas e discutir estratégias de gestão socioambiental em terras indígenas e em seu entorno. Procurou-se, também, construir coletivamente um plano de trabalho composto por agendas e compromissos comuns para a consolidação de uma rede transfronteiriça e de propostas de desenvolvimento sustentável. O garimpo foi considerado um dos problemas mais preocupantes da região, conforme podemos ver nos depoimentos transcritos a seguir:

Os garimpos clandestinos afetam a todos nós. Todos os rios e igarapés estão sujos e contaminados, quase não tem peixe, enquanto a população segue aumentando. Há desmatamento, caça clandestina no interior das florestas, insegurança, violência, prostituição e drogas. O garimpo causa uma perturbação social. É necessário aplicar a lei e haver uma cooperação tri-nacional na luta contra os garimpos ilegais. René Monerville – Wajãpi, prefeito de Camopi e presidente do conselho de administração do Parque Amazônico da Guiana.

Fala-se da proteção dos parques para acabar com a garimpagem. No Suriname tantos os parques como a garimpagem são uma violação dos direitos indígenas. Os parques são instalados sem o consentimento dos povos indígenas, apesar de que foram eles que preservaram a floresta até hoje. É preciso o reconhecimento dos direitos indígenas Além disso, o Suriname e a Guiana Francesa têm territórios em disputa que envolve os povos indígenas. Carla Madsian – Representante da organização indígena VIDS do Suriname.

O ICMBio tem uma parceria com os Wajãpi para a proteção tanto do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque como da Terra Indígena Wajãpi. Quanto a situação dos Wajãpi da Guiana Francesa no rio Oiapoque [divisa com o Brasil], é muito importante aumentar a presença dos órgãos públicos brasileiros na região. Essa ausência deve mudar com a instalação de um pelotão permanente na região. Isso deverá trazer uma nova fase de ordem social a comunidade. No nível que está hoje, devem haver mais de 10 mil garimpeiros brasileiros só no Sikini. Existem bandidos no meio deles, mas também existem famílias e isso aconteceu por causa da incapacidade do Estado de lidar com essa situação. Então a estratégia tem que ser desativar os garimpos aos poucos e essas pessoas têm que ter uma alternativa de sobrevivência. Christoph Jaster, Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, ICMBio.

Várias ações têm sido feitas para destruir os garimpos, mas isso tem gerado muita violência nas cidades vizinhas. Muitas pessoas não querem mais investir porque não sabem como será a questão do garimpo. Tanto em Saint Georges como no Oiapoque estamos preocupados com a segurança. Como essas pessoas serão reinseridas nas cidades? E como as atividades comerciais ligadas ao garimpo serão substituídas? Os resultados desses trabalhos devem chegar a Brasília e a Paris para serem validados e sobretudo aplicados. Por isso gostaria que reuniões como essa acontecessem na Guiana Francesa e no Suriname. Estamos falando de ter maior protagonismo das lideranças indígenas. Fabienne Mathurin-Brouard, Prefeita de Saint Georges de l'Oyapock na Guiana Francesa.



O Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente - Amapá e Norte do Pará é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena.

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Conselho editorial: Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmrecsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

Colaboração: Décio Horita Yokota

Projeto Gráfico: Catherine J. S. Gallois

Diagramação: Tipográfico Comunicação

Escritório do Iepé em Macapá:

Avenida Ataíde Teive, 525 - Bairro Trem

68.906-270 - Macapá - AP

Tel (96) 3223 7633 - Fax (96) 3223 2052

sede-macapa@institutoiepe.org.br

www.institutoiepe.org.br

Apoio:

